

CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO

Entre:

-[...Lda.], NIPC [...], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [...] sob o mesmo número, com sede na [...], freguesia de [...], em [...] e com o capital social integralmente realizado de € [...] (*montante do capital social por extenso*), aqui representada pela sua gerente com poderes para o acto, [nome do gerente], adiante designada, apenas, por "PRIMEIRA CONTRAENTE" ou "ENTIDADE EMPREGADORA", -----

e,

[...], [...], NISS[...], residente na [...], em [...], adiante designada, apenas, por "SEGUNDA CONTRAENTE" ou "TRABALHADORA", -----

---- **foi, com livre e esclarecida vontade, acordado e reduzem ao presente título, um CONTRATO DE TRABALHO A TERMO CERTO, nos termos do disposto nos arts. 139º e sgs. do Código do Trabalho e com as cláusulas seguintes:**-----

1.º

O "Trabalhadora" é contratada para exercer, sob a autoridade e direcção da "Entidade Empregadora", as tarefas profissionais próprias da categoria profissional de [...], que possui e lhe é atribuída. -----

2.º

A "Trabalhadora" auferirá o remuneração mensal ilíquida de € [...] (*importância por extenso*), a que acresce subsídio de alimentação por cada dia de trabalho efectivamente prestado no valor em vigor na empresa. -----

3.º

A "Trabalhadora" terá direito a gozar férias e a receber subsídio de férias e subsídio de natal nos termos previstos no Código do Trabalho.-----

4.º

A "Trabalhadora" exercerá a sua actividade profissional na sede da "Entidade Empregadora", sita na [...], freguesia de [...], em Lisboa. -----

5.º

A "Trabalhadora" cumprirá um período de trabalho de quarenta horas por semana e terá o seguinte horário de trabalho:

Das 9h00 às 13h00

Das 14h às 18h00

De segunda-feira a sexta-feira.-----

6.º

O presente contrato tem início no dia [...]e terminará em [...], salvo se vier a ser renovado por ambos os Contraentes nos termos do disposto no art. 149º do Código de Trabalho. -----

7.º

1. O presente contrato é celebrado pelo prazo de dez meses porquanto se integra na previsão da alínea f) do n.º 2 do art. 140.º do Código do Trabalho.-----

2. Para efeitos do disposto no nºs [...] e [...] do artigo [...] do Código de Trabalho é reconhecido por ambas as contraentes que se torna necessária e inevitável esta contratação a termo certo, já que a "Trabalhadora" é contratada para acorrer a um acréscimo excepcional de actividade da "Entidade Empregadora" motivado pela encomenda crescente de serviços [...] por parte do cliente "[...]" conjugada com a recente celebração de contrato de prestação de serviços [...] com a "[...]". ----

3. A “Entidade Empregadora” prevê que este acréscimo de actividade se mantenha até aos primeiros dias do ano de [...], já que o referido contrato com a [...] caduca no final do ano de [...] e que, para já, as encomendas do cliente “[...]” não vão para além daquele período. -----
8º

Durante os primeiros trinta dias de vigência deste contrato, qualquer das contraentes poderá denunciar este contrato, sem aviso prévio nem necessidade de invocação de justa causa e não havendo lugar pela denúncia a qualquer indemnização. -----
9º

O presente contrato caducará no termo do prazo estipulado desde que a "Entidade Empregadora" comunique à “Trabalhadora”, até quinze dias antes do prazo expirar, por forma escrita, a sua vontade de o não renovar. -----

10º

Uma vez que não existe na empresa Comissão de Trabalhadores, nem a "Trabalhadora" está filiado em qualquer associação sindical, ambas as Partes reconhecem que não há necessidade, por impossibilidade, de dar cumprimento ao disposto no nº 1 do art. 144º do Código do Trabalho.-----

11º

A “Entidade Empregadora” aderiu, nesta data, ao Fundo de Compensação de Trabalho e ao Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho cujo regime jurídico está previsto na Lei nº 70/2013, de 30 de Agosto. -----
Este contrato é celebrado em [...], elaborado em duplicado e vai por ambos os contraentes ser assinado. -----

A ENTIDADE EMPREGADORA

A TRABALHADORA
